

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

CAPÍTULO I

AS INFLUÊNCIAS DO DIREITO ESTRANGEIRO E A RECEPÇÃO CRIATIVA DO PROCESSO COLETIVO: DA ORIGEM COMUM DAS AÇÕES DE GRUPO ÀS DUAS ESPÉCIES DO MODELO BRASILEIRO	21
--	----

1. O PROCESSO COLETIVO NO DIREITO COMPARADO: NOÇÕES NECESSÁRIAS	22
2. AS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS AO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO: O MODELO NORTE-AMERICANO DAS <i>CLASS ACTIONS</i> E O <i>MUSTERVERFAHREN</i> DO DIREITO ALEMÃO	24
2.1. O MODELO NORTE-AMERICANO DAS <i>CLASS ACTIONS</i> E A <i>MULTIDISTRICT LITIGATION</i>	25
2.1.1. As class actions	25
2.1.2. Multi-party litigation: a agregação de litígios e a Multidistrict Litigation	34
2.2. O DIREITO ALEMÃO: AS <i>VERBANDSKLAGEN</i> E O <i>MUSTERVERFAHREN</i>	39
2.2.1. As <i>Verbandsklagen</i>	39
2.2.2. O <i>Musterverfahren</i>	41
2.3. UM PROBLEMA DE ORIGEM COMUM E A POSSIBILIDADE DE DUAS LINHAS EVOLUTIVAS A PARTIR DAS AÇÕES DE GRUPO DO DIREITO INGLÊS E NORTE-AMERICANO (<i>COMMON LAW</i>)	46
2.3.1. O contexto, as circunstâncias sociais da ação coletiva no direito inglês e no direito norte-americano (tradição de common law): do período medieval à modernidade e a escolha das class actions e do right to opt out para o modelo norte-americano	46

2.3.1.1.	O contexto medieval: dos indivíduos aos sujeitos e a organização social do grupo	46
2.3.1.2.	O contexto da pré-modernidade: dos grupos aos representantes	49
2.3.1.3.	O contexto da modernidade: as ações representativas e a chegada aos Estados Unidos	53
2.3.2.	A Rule 23 de 1938: a confirmação da escolha do regime opt out para as class actions	56
3.	A TEORIA DA RECEPÇÃO JURÍDICA PARA O PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO E AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS	62
3.1.	A TEORIA DA RECEPÇÃO JURÍDICA PARA A REPRODUÇÃO CRIATIVA DO PROCESSO COLETIVO	63
3.2.	AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS, A RECEPÇÃO JURÍDICA CRIATIVA E A FORMAÇÃO DO MODELO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO	66

CAPÍTULO II

O PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO: AS AÇÕES COLETIVAS E O JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS 73

1.	OS FUNDAMENTOS DO PROCESSO PARA AS AÇÕES COLETIVAS: A TUTELA DOS NOVOS DIREITOS	73
2.	O MICROSSISTEMA PROCESSUAL COLETIVO, A HARMONIZAÇÃO E O DIÁLOGO DE FONTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	78
3.	O PROBLEMA DOS LITÍGIOS DE MASSA: A INEXISTÊNCIA DE MEIOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973, O CPC REFORMADO E A LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	84
4.	O MODELO DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	87
5.	OS FUNDAMENTOS DO PROCESSO PARA OS CASOS REPETITIVOS: ISONOMIA, SEGURANÇA JURÍDICA E CELERIDADE PROCESSUAL	94
6.	O CONCEITO DE PROCESSO COLETIVO E O JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS COMO ESPÉCIE DE PROCESSO COLETIVO	99

CAPÍTULO III

A CONVIVÊNCIA DAS AÇÕES COLETIVAS E DO JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS COMO TÉCNICAS DE PROCESSO COLETIVO: OBJETO, PROCEDIMENTO E TRAÇOS DISTINTIVOS 105

1. AS AÇÕES COLETIVAS PARA TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS <i>LATO SENSU</i>	105
1.1. O OBJETO DAS AÇÕES COLETIVAS: DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS EM SENTIDO ESTRITO E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	105
1.2. CLASSIFICAÇÃO DE LITÍGIOS COLETIVOS: UMA LEITURA CONCRETA DOS DIREITOS COLETIVOS	116
1.3. PROCESSO COLETIVO <i>OPT OUT</i>	120
2. O JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS PARA SOLUÇÃO DE QUESTÕES JURÍDICAS COMUNS	122
2.1. O OBJETO DOS CASOS REPETITIVOS: QUESTÃO DE DIREITO VS. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	122
2.1.1. Separação entre questões de fato e questões de direito	126
2.2. PROCESSO COLETIVO <i>OPT IN</i>	129
2.3. DUPLO DISCURSO DA DECISÃO JUDICIAL: GESTÃO DE CASOS REPETITIVOS E FORMAÇÃO DE PRECEDENTES	130
2.4. SISTEMA DE JULGAMENTO DE CAUSA-PILOTO OU CAUSA-MODELO?	136
2.4.1. A crítica ao processo legislativo do parágrafo único do art. 978	138
2.4.2. A desistência ou o abandono como exemplo da adoção de um sistema híbrido de julgamento de casos repetitivos	140
2.5. COGNIÇÃO E DECISÃO SOBRE A QUESTÃO JURÍDICA COMUM: CISÃO OU UNIDADE	141

CAPÍTULO IV

COMUNICABILIDADE DO JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS COM AS AÇÕES COLETIVAS: ALGUNS PONTOS SENSÍVEIS E A ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS FUNDAMENTAIS DA TUTELA JURISDICIONAL DAS AÇÕES COLETIVAS 145

1. A APLICABILIDADE DOS CASOS REPETITIVOS AOS PROCESSOS INDIVIDUAIS OU COLETIVOS	145
2. A SELEÇÃO DO CASO PARADIGMA: PREFERÊNCIA NA ESCOLHA DA AÇÃO COLETIVA EM RELAÇÃO À AÇÃO INDIVIDUAL	147
3. A PRESERVAÇÃO DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DA TUTELA JURISDICIONAL DAS AÇÕES COLETIVAS E A INCIDÊNCIA DA TÉCNICA DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS	151
3.1. A LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E A LEGITIMIDADE DAS PARTES PARA PROPOR O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	153

3.2. EFICÁCIA DO PRECEDENTE, EFICÁCIA DO JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS E COISA JULGADA COLETIVA: DISTINÇÃO NECESSÁRIA	155
3.3. A DESISTÊNCIA DO CASO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA E O PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DAS AÇÕES COLETIVAS	158

CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
---	------------